Notícias do dia 08 de maio

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

# Sumário

Número de notícias: 9 | Número de veículos: 9

DIÁRIO DE APARECIDA - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Após questionamentos no STF, tramita na CCJ da Alego projeto para extinguir o Fundeinfra ..... 3

TV ANHANGUERA / AF. TV GLOBO - GOIÂNIA - GO - JA 1ª EDIÇÃO
TCE - GO
Responsáveis por obra do Credeq de Caldas Novas devem devolver R$ 1,3 milhão aos cofres públicos, diz TCE-GO ..... 5

POP TV NEWS - ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Amélio Cayres assina Compromisso pela Primeira Infância com TCE, Governo e prefeituras ..... 6

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
LDO para o exercício de 2024 ..... 7

SAGRES 730 ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Tribunal de Justiça limita reeleição de presidentes de Tribunais de Contas e Legislativo ..... 10

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Parlamento goiano é ponto de coleta da campanha Aquecendo Vidas e doações podem ser feitas até o dia 25 de maio ..... 12

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Parlamento goiano é ponto de coleta da campanha Aquecendo Vidas e doações podem ser feitas até o dia 25 de maio ..... 14

PORTAL SR - PORANGATU - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
PM realiza formatura do I Curso Operacional Maria da Penha ..... 15

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS - NOTÍCIAS
TCE - GO
Ainda há vagas para participação on-line no Sined ..... 16

# Após questionamentos no STF, tramita na CCJ da Alego projeto para extinguir o Fundeinfra

Mal escapou de questionamentos jurídicos no Supremo Tribunal Federal (STF), o Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra) vira alvo de novos disparos. Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) projeto para suspender o recolhimento da contribuição facultativa do setor produtivo. O texto foi protocolado na Casa como processo nº 309/23.

Na justificativa do projeto, o autor, deputado estadual Delegado Eduardo Prado (PL), argumentou que o fundo tem destinação exclusiva para o desenvolvimento de obras de infraestrutura agropecuária, modais de transporte, recuperação, manutenção, conservação, pavimentação e implantação de rodovias, sinalização, artes especiais, pontes e bueiros, e também edificação e operacionalização de aeródromos.

O projeto foi protocolado na Casa como processo nº 309/23.

"Imprescindível se faz mencionar que o fundamento basilar para criação do Fundeinfra foi a necessidade de compensar a queda na arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), devido à redução das alíquotas incidentes sobre combustíveis, energia elétrica, comunicações e transportes", ressalta Prado em suas justificativas.

O deputado acrescenta que, para repor essas perdas resultantes das mudanças na cobrança do ICMS fixadas pela Lei Complementar n° 192/2022 e Lei Complementar n° 194/2022, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), anunciou acordo firmado entre o governo federal e todos os Estados da Federação, além do Distrito Federal.

"O acordo unânime ficou acertado em R$ 26,9 bilhões em compensações advindas das renúncias de ICMS.

Do total acordado, cerca de R$ 9 bilhões já foram compensados através das liminares concedidas pelo STF a Estados devedores da União no âmbito do Grupo de Trabalho criado pela Corte. O restante será abatido das parcelas da dívida com a União ou pago pela União [para Estados com pequenas dívidas com a União ou mesmo sem dívida] até 2026", esclarece Eduardo Prado.

Enquanto isso, a Secretaria da Infraestrutura (Seinfra) divulgou na última quinta-feira, 4, no Diário Oficial do Estado (DOE), a Portaria nº 20/2023, que restabelece, de forma retroativa, o recolhimento da contribuição facultativa do setor produtivo ao Fundeinfra.

O documento é fundamentado na decisão do plenário do STF que, em julgamento no dia 24 de abril, derrubou a medida cautelar que suspendia a cobrança.

Seguindo a orientação da Procuradoria- -Geral do Estado (PGE), a Seinfra anulou a Portaria nº 5/2023, e informa que é devida, para os fins previstos na legislação, a contribuição ao Fundeinfra, inclusive quanto ao período em que esteve vigente a decisão monocrática não referendada pelo plenário do Supremo. O recolhimento da contribuição referente ao mês de abril deve ser efetivado até o dia 20 de maio.

A reportagem do Diário de Aparecida entrou em contato com a Secretaria Estadual de Comunicação (Secom) para comentar a questão.

Até o fechamento desta edição, a pasta não havia respondido aos questionamentos, no entanto, o espaço segue aberto para manifestações.

Recolhimento da contribuição referente ao mês de abril deve ser efetivado até o dia 20 de maio

Recursos da contribuição facultativa do setor produtivo começam a surtir efeitos

Apesar da divergência entre governo e oposição, o Conselho Gestor do Fundeinfra aprovou, em reunião na última quarta-feira, 3, no Palácio das Esmeraldas, em **Goiânia**, a lista que contempla as três primeiras obras que serão realizadas com recursos financeiros das contribuições arrecadadas do setor produtivo. São elas: a duplicação da GO-174, entre Rio Verde e Montividiu; a pavimentação da GO-401, na região do Rio Preto; e a pavimentação da GO- 309, entre

Cristalina e Unaí, na divisa com Minas Gerais.

"Essa reunião foi importante para definirmos as primeiras obras e garantirmos a velocidade do governo em dar continuidade ao que está sendo feito com a contribuição dos produtores e também das minerações", disse o governador Ronaldo Caiado (União Brasil) durante o encontro.

O chefe do Executivo estadual acrescentou que as rodovias estão em áreas produtivas com dificuldade logística para fazer chegar os produtos aos consumidores e também os insumos necessários para o plantio da safra.

"Vamos ter reuniões trimestralmente para aprovar outras obras", afirmou o titular da Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra), Pedro Sales. Para ele, as três primeiras obras vão atender o Sudoeste Goiano, em dois importantes trechos para o setor produtivo de grãos, e a GO-309, em Cristalina, que abrange toda uma região produtora com um dos maiores PIBs agropecuários do Estado.

A reunião acertou ainda que a contratação dos serviços de supervisão para cada obra com recursos do Fundeinfra será necessária, conforme orientação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO). Tanto a gestão técnica da fase executiva do empreendimento como o controle tecnológico e das interfaces administrativas serão acompanhados.

"Com tudo isso, a gente se coloca em segurança para atravessar o desafio com sucesso de deixar o Estado em um novo patamar de infraestrutura", disse o presidente da Goinfra, Lucas Vissotto.

***Site: https://diariodeaparecida.com.br/edicao-impressa-no3298/***

# Responsáveis por obra do Credeq de Caldas Novas devem devolver R$ 1,3 milhão aos cofres públicos, diz TCE-GO

TAGS: Goinfra, **TCE-GO**

***Multimídia:***
***http://midia.smi.srv.br/video/2023/05/08/TVANHANGUERAAFTVGLOBOGOINIAGO-12.43.46-12.46.30-1683561377.mp4***

# Amélio Cayres assina Compromisso pela Primeira Infância com TCE, Governo e prefeituras

Por Lauane dos Santos

Com o objetivo de reunir esforços de diversas instituições em prol da proteção dos direitos das crianças de zero a seis anos, o presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins (Aleto), Amélio Cayres (Republicanos), firmou o Compromisso Tocantinense pela Primeira Infância, na tarde de quinta-feira (4/5), por iniciativa do Tribunal de Contas do Tocantins (**TCE**/TO). Se comprometeram a implementar ações para a defesa da primeira infância o presidente do **TCE**, **conselheiro** André Luiz de Matos; governador do Estado, Wanderlei Barbosa; presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, desembargadora Etelvina Maria Sampaio, o procurador-geral de Justiça, Luciano Casarotti, a defensora pública-geral, Estellamaris Postal; senadora Dorinha Rezende (UB) e 82 prefeitos municipais. O presidente da Aleto reiterou seu compromisso e de todos os deputados nesta ação. "Sabemos da importância do desenvolvimento correto na primeira infância porque isso pode impactar toda a vida de um indivíduo. Por isso, junto com os 23 colegas parlamentares, colocamos a nossa Casa de Leis nesta tarefa e vamos trabalhar para criar mecanismos e apoiar as prefeituras para garantirmos direitos como saúde, educação, alimentação, também o direito de brincar e, evidentemente, dignidade às crianças dessa faixa etária", declarou Amélio Cayres. m"Uma política pública que começa no ventre da mãe e vai até os seis anos de idade da criança, passando pela vacinação, alimentação e saneamento, é uma política pública multidisciplinar e nós sabemos que os prefeitos aqui presentes precisarão de todo o apoio nessa caminhada. Então, o Tribunal de Contas se coloca como parceiro nessa tarefa", explicou o presidente do **TCE**, durante a solenidade. O Pacto tem como objetivos comuns entre os signatários aproximar esforços das instituições públicas e capacitação da sociedade e dos servidores públicos sobre o tema; acompanhar os indicadores estaduais e municipais que apontam resultados de Políticas de Atenção à Primeira Infância; desenvolver ações voltadas a esse público alvo e elaborar ou revisar o Plano Plurianual (PPA) e peças orçamentárias que constem a identificação dos recursos investidos na priorização da primeira infância. A ação também conta com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef); Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/TO) e do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**/**GO**).

***Site: https://www.poptvnews.com.br/estado/amelio-cayres-assina-compromisso-pela-primeira-infancia-com-tce-governo-e-prefeituras***

# LDO para o exercício de 2024

Com metas da administração pública e adequações de despesas, a matéria que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual referente a 2024 já tramita na Casa.

O Poder Executivo encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (**Alego**) o projeto de lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual (LOA) referente a 2024, integrado, inclusive, pelos anexos de metas fiscais e de riscos fiscais. A matéria foi protocolada com o nº 624/23 e vai passar pela deliberação da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento e pelo Plenário do Parlamento Estadual.

De acordo com a justificativa do governador Ronaldo Caiado (UB), cumpre-se, assim, o disposto na Constituição do Estado de Goiás e, além disso, a proposição respeita os preceitos da Lei Complementar Federal n° 101 - a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A propositura é da iniciativa da Secretaria de Estado da Economia e, em síntese, apresentam-se as prioridades e as metas da administração pública estadual, a estrutura e a organização dos orçamentos, as diretrizes para a elaboração dos orçamentos, também as disposições sobre as transferências e as despesas com pessoal e encargos sociais.

Há ainda determinações relativas à dívida pública estadual; à política de aplicação dos recursos da agência financeira oficial de fomento; às alterações na legislação, inclusive tributária, com sua adequação orçamentária; às emendas parlamentares ao projeto da LOA; e ao regime de execução das programações incluídas por emendas parlamentares individuais impositivas.

Também de acordo com a justificativa, a Pasta informou que foram adotadas inovações que aprimoraram o texto e as regras de construção e execução do orçamento estadual para adequá-lo às boas práticas de racionalização e transparência do gasto público. Destacam-se, nesse sentido: a atualização de metas e prioridades para resguardar a coerência com o Plano Plurianual; a adequação das orientações de classificação orçamentária, com um único produto a cada ação, para o melhor enquadramento da despesa e seu posterior monitoramento; a previsão de divulgação de anexo com detalhamento de metas após a publicação da LOA; a separação das solicitações de créditos adicionais por tipo de despesa; a divulgação da descrição das ações utilizadas na LOA; além das definições para a correta emissão de documentos de adequação orçamentária e financeira.

Equilíbrio das contas

Conforme a Economia, a proposição de 2024 deverá eleger as prioridades do Governo do Estado. Primeiramente, deverão ser atendidas as despesas com as obrigações constitucionais e legais, as despesas obrigatórias com pessoal e os encargos sociais, as vinculações constitucionais, a dívida pública, os precatórios, as requisições de pequeno valor e as obrigações tributárias. Incluem-se as transferências constitucionais e as despesas para o funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Ainda segundo a Economia, o projeto da LDO registra as metas de resultado primário e nominal a serem perseguidas durante a elaboração da LOA e fixa, em caráter indicativo, as metas para os exercícios de 2025 e 2026, também os mecanismos de monitoramento e os ajustes que serão utilizados durante sua execução.

Além disso, ele promove uma limitação das despesas primárias para que a soma delas não seja superior aos valores nominais consignados nos orçamentos iniciais do exercício de 2023, corrigidos pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2023 e 2024, com abrangência em todos os Poderes, bem como para os órgãos governamentais autônomos (**Tribunal de Contas do Estado** e Tribunal de Contas dos Municípios, Defensoria Pública estadual e Ministério Público estadual).

Foi destacado também pela Economia, que a elaboração das diretrizes orçamentárias para 2024 acontece em um cenário profundamente desafiador para o equilíbrio das contas públicas, especialmente em virtude de alterações estruturais nas receitas de Goiás decorrentes de fatores que fogem ao controle da gestão estadual. Nesse sentido, está o resultado da aplicação das Leis Complementares Federais nº 192, de 11 de março de 2022, e nº 194, de 23 de junho de 2022, editadas pela União. "Elas ocasionaram uma perda de receita de aproximadamente R$ 5,5 bilhões apenas no ano de 2023, o que tem afetado estruturalmente as finanças estaduais", observou o governador.

Na composição do referido quadro de desafios para o estado de Goiás, a Pasta acrescentou a necessidade de observância de determinações legais e constitucionais. Entre elas, está o cumprimento dos pisos salariais do magistério e da enfermagem, além do teto remuneratório do serviço público com reajustes automáticos para diversas carreiras.

Receitas estaduais

A situação pode ser ilustrada com a queda de receitas estaduais decorrentes da Lei Complementar Federal nº 194, de 2022. Essa norma reduziu as alíquotas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) dos combustíveis, da energia elétrica, das telecomunicações e do transporte coletivo. Esses setores de consumo representam 41,25% da arrecadação do ICMS do estado de Goiás, por isso afetam significativamente as receitas governamentais.

A justificativa do chefe do Executivo aponta que a perda de receita decorrente da referida redução de alíquota teve um impacto imediato de R$ 2,4 bilhões somente no segundo semestre de 2022. A participação do ICMS na arrecadação total passou para 28,5%. "Ressalta-se que esse imposto representava até então 70% da receita total do Estado, seguido das transferências intergovernamentais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e da contribuição para o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (Protege Goiás).

A arrecadação revertida ao Protege Goiás também foi duramente atingida pela queda de receita. A razão é a Lei Complementar Federal nº 194, de 2022, definir os combustíveis, a energia elétrica e o serviço de telecomunicação como essenciais. "Isso inviabilizou a cobrança do adicional de 2%. Na alíquota do ICMS desses itens. O percentual cobrado representava R$ 1,4 bilhão anual e, com a retirada, houve a redução para R$ 360 milhões anuais: uma queda expressiva del 75%", explicou.

O governador ilustra que, desde a edição, pela União, das leis complementares mencionadas, Goiás, com as administrações tributárias dos demais estados e do Distrito Federal analisam, no Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receitas ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), medidas para encarar a perda de arrecadação. Para não onerar a população, o Governo optou por manter sua alíquota modal em 17% e, para o enfretamento das perdas relacionadas à Lei Complementar Federal nº 194, de 2022, instituiu uma condição à utilização de benefícios fiscais relacionados ao ICMS, na forma de contrapartida financeira direcionada ao Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra), com o potencial de arrecadação em torno de R$ 1,1 bilhão em 2023.

Ressalta-se que o Estado buscou estruturar sua gestão com foco absoluto no planejamento devidamente antecipado de ações e nos melhores resultados para o cidadão goiano, especialmente para o segmento populacional mais vulnerável. Em razão disso, foram iniciadas políticas públicas de extrema relevância, mas geradoras de despesas continuadas de difícil redução no curto prazo. Entre essas políticas, destacam-se: a implementação de 258 escolas em tempo integral, a ampliação da frota de transporte escolar e o reajuste no valor da merenda escolar; a regionalização dos serviços de saúde, com a entrega de hospitais e policlínicas estaduais, além da modernização de equipamentos hospitalares e ambulatoriais; os investimentos destinados à manutenção, à recuperação, à duplicação e à construção de rodovias estaduais para melhorar o escoamento da produção agropecuária e industrial; e as iniciativas para reduzir o déficit de habitações e seus efeitos sobre a população mais carente.

Podem ser acrescentadas as despesas para o combate à pobreza, as quais são suportadas pelo Protege Goiás, instituído para o cumprimento do art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Além daquelas de observância constitucional obrigatória, essas despesas são imprescindíveis às políticas públicas sociais do Estado. "Contudo, como já se ressaltou, foram justamente as receitas do Protege Goiás as mais afetadas pela queda de arrecadação.

Dessa forma, apesar do compromisso do Estado de Goiás com o equilíbrio fiscal desde 2019, as medidas adotadas no âmbito federal têm dificultado demais o planejamento e a trajetória fiscal para a saída antecipada do Regime de Recuperação Fiscal, o que essa gestão muito deseja desde seu início , avaliou.

Ainda assim, conforme expressa a justificativa, foram projetadas metas de resultado primário superavitário entre 2023 e 2026, respectivamente, de R$ 603 milhões em 2023, R$ 184 milhões em 2024, R$ 138 milhões em 2025 e R$ 195 milhões em 2026. No grupo de natureza de despesa nº 4, também estão previstos investimentos de R$ 3.080 milhões em 2023, R$ 2.265 milhões em 2024, R$ 2.346 milhões em 2025 e R$ 2.423 milhões em 2026. Por outro lado, a margem liquida de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado ficou negativa em R$ 2,2 bilhões.

Por fim, Caiado informa que a Procuradoria-Geral do

Estado (PGE) reconheceu a regularidade jurídica da proposição. Ressaltou-se que o projeto segue o padrão das propostas legislativas que originaram as leis de diretrizes orçamentárias dos anos anteriores. Além disso, foram observadas as adequações decorrentes da Emenda Constitucional nº 109, de 2021, da Lei Complementar Federal nº 178, de 13 de janeiro de 2021, além do art. 111, § 82, inciso IV, da Constituição Estadual.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

***Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/132616/ldo-para-o-exercicio-de-2024***

# Tribunal de Justiça limita reeleição de presidentes de Tribunais de Contas e Legislativo

***Rubens Salomão***

O órgão especial do Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJGO) decidiu contra a reeleição contínua e ilimitada para direção dos Tribunais de Contas e Assembleia Legislativa. Avaliação é de que a manutenção, por mais de uma recondução, afronta a Constituição Estadual. A decisão veio em julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), movida pelo Ministério Público de **Goiás** (MPGO).

Os desembargadores limitaram a uma a possibilidade de recondução de presidente, vice-presidente, corregedor e ouvidor. A Ministra da Saúde critica negacionismo e garante manutenção de medidas contra coviddeterminação vale para o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), além da **Alego**. Com isso, fica inconstitucional parte da Lei nº 16.851/2009, especialmente em trecho que teve alteração pela Lei Estadual nº 19.990/2018. A decisão do Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJGO) passa a valer a partir de sua publicação.

Ou seja: dirigentes que tiveram a recondução por mais de uma vez poderão concluir seus mandatos atuais. Na petição, o MPGO sustenta que a Constituição Federal determina aos estados seguir o modelo federal no que se refere aos tribunais. Além disso, o artigo 73, parágrafo 3ª da Carta Magna dispõe que os ministros do Tribunal de Contas da União têm as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Greve!

Os servidores do Ministério Público de **Goiás** (MPGO) entram em estado de greve nesta terça-feira (9). A categoria repete reivindicações, desde o final do ano passado, como a atualização de atribuição de funções e reajuste salarial. O presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público de **Goiás** (Sindsemp), Gilclésio Campos, diz que nenhuma delas teve atendimento.

Atualizações

O sindicado argumenta que, com o avanço tecnológico, houve aumento da demanda de trabalho, ocasionando desvios de funções. Avaliação interna no MP, no entanto, é de que a adesão ao movimento deve ser baixa.

Novas demandas

As atribuições legais dos membros do Ministério Público constam da Lei 13.162/1997. "É necessário urgente que seja feito uma reestruturação de cargos e carreira do serviço auxiliar no MPGO, bem como de um novo PCS [Plano de Carreira de Servidores], compatível com as atuais demandas da Instituição", cobra Campos.

Outro lado

Por nota, o Ministério Público afirma que "reconhece a importância da valorização de servidoras e servidores, tanto que o faz por meio de inúmeras iniciativas, parte delas em atendimento a reivindicações da categoria".

Aumento

"A instituição de gratificações para servidoras e servidores com pós-graduação em direito; a proposta, devidamente debatida com a categoria, de um Estatuto do Servidor do Ministério Público, e a criação de um centro de treinamento voltado para o aperfeiçoamento de seus integrantes (com suas devidas implicações remuneratórias), são alguns dos exemplos", escreve o MP.

Determinação

"Quanto à data-base, é importante frisar que o índice da revisão geral anual é determinado pelo governador, para todas as categorias, considerando a participação do Estado no Regime de Recuperação Fiscal, o que traz limitações orçamentárias para todos os poderes e instituições", finaliza.

Bloqueio

A Defensoria Pública de **Goiás** (DPE-GO) pede na

Justiça o bloqueio de recursos da Secretaria Municipal de Educação de **Goiânia**, enquanto a pasta não resolva a falta de vagas em CMEIs. O órgão pede para que 364 crianças sejam matriculas em unidades particulares com recursos da SME.

Insuficiente

No início do ano, a SME realizou mutirão para atender a procura de vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs). Ao todo, foram feitos 2.274 atendimentos.

Duas ações

"Ainda há uma demanda significativa de crianças fora da escola por falta de vagas. Nesse contexto, a DPE-GO tem atuado nos processos judiciais pedindo ao Judiciário o bloqueio de verbas na conta do município", afirma a defensora pública Bruna do Nascimento Xavier.

Resolução

Segundo ela, a intenção é "para que sejam disponibilizadas vagas em escolas particulares". Bruna é coordenadora do Núcleo de Defensorias da Infância e Juventude da capital, defensora pública Bruna do Nascimento Xavier, e reforçou as cobranças em entrevista à CBN.

Leia mais da Sagres em OFF:

***Site: https://sagresonline.com.br/tribunal-de-justica-limita-reeleicao-de-presidentes-de-tribunais-de-contas-e-legislativo/***

# Parlamento goiano é ponto de coleta da campanha Aquecendo Vidas e doações podem ser feitas até o dia 25 de maio

Acostumados a lidar com o clima quente do estado, com a chegada do inverno, no dia 21 de junho, os goianos precisam adaptar seus guarda-roupas para enfrentar as temperaturas mais baixas. Entretanto, nem todos têm condições de se proteger adequadamente do frio.

Pensando nisso, o Parlamento goiano mantém em sua sede, até o dia 25 de maio, um ponto de coleta da campanha Aquecendo Vidas, da Organização das Voluntárias de **Goiás** (OVG). A iniciativa, que já é uma tradição da OVG, arrecada e distribui cobertores e agasalhos para pessoas em situação de vulnerabilidade social e entidades sociais. As doações podem ser feitas no saguão principal da Casa, no sentido do bloco A.

O diretor de Cultura, Esporte e Lazer da **Alego**, Juliano Santana, afirma que receber a ação da OVG é uma forma de reforçar um dos papéis do Legislativo. "Por ser a Casa do Povo, mais que contribuir na arrecadação, temos a função institucional e pedagógica de mostrar para a sociedade exemplos positivos a serem seguidos de maneira geral", destaca. Segundo ele, a diretoria tem expectativas positivas e acredita que a adesão da comunidade à campanha deve superar a registrada em anos anteriores.

O Centro de Informações Meteorológicas e Hidrológicas de **Goiás** (Cimehgo) estima que, nos próximos meses do ano, massas de ar polar deverão chegar ao estado e provocar a queda na temperatura em várias regiões. A ideia é se antecipar à chegada das frentes frias, entregando os cobertores e agasalhos antes do início dos dias mais frios.

Estagiário da Agência de Notícias Yocihar Maeda, Roberto Junior conta que já contribuiu com a Aquecendo Vidas outras vezes e ressalta a importância de ajudar as pessoas que mais precisam. O futuro jornalista convida os demais a participarem também: "É uma atitude sobre ser empático, pensar na dor do outro e abraçar a causa", lembra.

Segundo informações da OVG, os cobertores serão entregues pelos municípios. O órgão firmou essa parceria de modo a alcançar o maior número possível de pessoas necessitadas. Quem quiser saber mais sobre a Campanha Aquecendo Vidas pode entrar em contato com a OVG pelo telefone 62 3201-9315.

Lista dos pontos de coleta em **Goiânia**

OVG - Rua T-14, Setor Bueno - **Goiânia**

Palácio Pedro Ludovico Teixeira - Rua 82, nº 400, Centro - **Goiânia**

Junta Comercial do Estado de **Goiás** (Juceg) - Rua 259, Setor Leste Universitário - **Goiânia**

Corpo de Bombeiros - Av. C-206 - Jardim América - **Goiânia**

Saneago - Av. Fued José Sebba, nº 1.245 - Jardim **Goiás**

Sebrae -GO - Av. T-3, nº 1.000 - Setor Bueno - **Goiânia**

**Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**) - Av. Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó - **Goiânia**

Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) - Rua 68, nº 727, Setor Central **Goiânia**

Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de **Goiás** (Acieg) - Rua 14, nº 50, Setor Oeste - **Goiânia**

Shopping Bougainville - Rua 9, nº 1.855, Setor Marista - **Goiânia**

Associação Goiana dos Supermercados - Av. C-7, Qd. 80, Lote Área, nº 3.144 - Vila dos Alpes - **Goiânia**

Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** - Av. Emival Bueno, Qd. G, Lt. 01, Parque Lozandes - **Goiânia**

***Site:***
***https://portal.al.go.leg.br/noticias/132598/parlamento-goiano-e-ponto-de-coleta-da-campanha-aquecendo-***

***vidas-e-doacoes-podem-ser-feitas-ate-o-dia-25-de-maio***

# Parlamento goiano é ponto de coleta da campanha Aquecendo Vidas e doações podem ser feitas até o dia 25 de maio

Acostumados a lidar com o clima quente do estado, com a chegada do inverno, no dia 21 de junho, os goianos precisam adaptar seus guarda-roupas para enfrentar as temperaturas mais baixas. Entretanto, nem todos têm condições de se proteger adequadamente do frio.

Pensando nisso, o Parlamento goiano mantém em sua sede, até o dia 25 de maio, um ponto de coleta da campanha Aquecendo Vidas, da Organização das Voluntárias de **Goiás** (OVG). A iniciativa, que já é uma tradição da OVG, arrecada e distribui cobertores e agasalhos para pessoas em situação de vulnerabilidade social e entidades sociais. As doações podem ser feitas no saguão principal da Casa, no sentido do bloco A.

O diretor de Cultura, Esporte e Lazer da **Alego**, Juliano Santana, afirma que receber a ação da OVG é uma forma de reforçar um dos papéis do Legislativo. "Por ser a Casa do Povo, mais que contribuir na arrecadação, temos a função institucional e pedagógica de mostrar para a sociedade exemplos positivos a serem seguidos de maneira geral", destaca. Segundo ele, a diretoria tem expectativas positivas e acredita que a adesão da comunidade à campanha deve superar a registrada em anos anteriores.

O Centro de Informações Meteorológicas e Hidrológicas de **Goiás** (Cimehgo) estima que, nos próximos meses do ano, massas de ar polar deverão chegar ao estado e provocar a queda na temperatura em várias regiões. A ideia é se antecipar à chegada das frentes frias, entregando os cobertores e agasalhos antes do início dos dias mais frios.

Estagiário da Agência de Notícias Yocihar Maeda, Roberto Junior conta que já contribuiu com a Aquecendo Vidas outras vezes e ressalta a importância de ajudar as pessoas que mais precisam. O futuro jornalista convida os demais a participarem também: "É uma atitude sobre ser empático, pensar na dor do outro e abraçar a causa", lembra.

Segundo informações da OVG, os cobertores serão entregues pelos municípios. O órgão firmou essa parceria de modo a alcançar o maior número possível de pessoas necessitadas. Quem quiser saber mais sobre a Campanha Aquecendo Vidas pode entrar em contato com a OVG pelo telefone 62 3201-9315.

Lista dos pontos de coleta em **Goiânia**

OVG - Rua T-14, Setor Bueno - **Goiânia**

Palácio Pedro Ludovico Teixeira - Rua 82, nº 400, Centro - **Goiânia**

Junta Comercial do Estado de **Goiás** (Juceg) - Rua 259, Setor Leste Universitário - **Goiânia**

Corpo de Bombeiros - Av. C-206 - Jardim América - **Goiânia**

Saneago - Av. Fued José Sebba, nº 1.245 - Jardim **Goiás**

Sebrae -GO - Av. T-3, nº 1.000 - Setor Bueno - **Goiânia**

**Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**) - Av. Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó - **Goiânia**

Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) - Rua 68, nº 727, Setor Central **Goiânia**

Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de **Goiás** (Acieg) - Rua 14, nº 50, Setor Oeste - **Goiânia**

Shopping Bougainville - Rua 9, nº 1.855, Setor Marista - **Goiânia**

Associação Goiana dos Supermercados - Av. C-7, Qd. 80, Lote Área, nº 3.144 - Vila dos Alpes - **Goiânia**

Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** - Av. Emival Bueno, Qd. G, Lt. 01, Parque Lozandes - **Goiânia**

***Site: https://brasilemfolhas.com/2023/05/08/parlamento-goiano-e-ponto-de-coleta-da-campanha-aquecendo-vidas-e-doacoes-podem-ser-feitas-ate-o-dia-25-de-maio/***

# PM realiza formatura do I Curso Operacional Maria da Penha

***Sheilismar Ribeiro***

A Polícia Militar de **Goiás** realizou, na manhã desta sexta-feira (5), a solenidade de formatura do 1° COMAPE - Curso Operacional Maria da Penha. A cerimônia foi realizada no auditório do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), no setor Jaó, em **Goiânia**. Autoridades que compõem as forças de segurança do estado e familiares prestigiaram a formatura dos 70 alunos de 19 comandos regionais do curso, que teve duração de 35 dias e uma carga horária de 240 horas aula.

"Nesse curso padronizamos as ações de cada um. A intenção é de que toda a tropa passe por essa especialização. Esse curso é muito importante, porque capacita os policiais para atender e acolher melhor essas vítimas de violência no Estado", afirmou a comandante do Batalhão Maria da Penha, Major Marinéia Mascarenhas.

Durante a formação, os policiais aprenderam técnicas e procedimentos específicos para lidar com esses casos, incluindo a abordagem ideal e o melhor atendimento. Com a conclusão do curso, os formandos estarão especializados e prontos para atuarem no Batalhão da Maria Penha, uma unidade especializada da PMGO, que trabalha com o enfrentamento e combate à violência doméstica e familiar no Estado.

Norte de **Goiás**

O comandante do 3º Batalhão da Polícia Militar (BPM), tenente coronel Polidorio parabenizou os participantes: Parabéns soldado Rafael e soldado Graciele! O Batalhão Guardião do Norte se orgulha da sua conquista.

O comandante do 12º Comando Regional da Polícia Militar (CRPM), tenente coronel Mendonça (@tencoronel_mendonca) publicou foto e nota com os participantes da área.

O 12°CRPM parabeniza os formandos do 1°COMAPE (Curso Operacional Maria da Penha), em especial a Soldado Gracielle ( @graciellekarllaborges ) e o Soldado Rafael ( @rafamesq.olivrira ) representantes dos Guardiões do Norte.

"Esse comandante agradece ainda mais uma vez a representatividade de vocês, e agradece todo empenho em fazer sempre o melhor para toda população do Norte Goiano." escreveu o Tenente Coronel QOPM Mendonça, comandante do12° CRPM - PMGO.

Na oportunidade também agradeceu a major Marinéia ( @major_marineia ) por toda organização e desprendimento com o curso, e ao comandante Geral, Coronel André ( @coronelandrehenrique ) em ter o propósito e iniciativa de especializar os Policiais Militares nos diversos tipos de enfrentamentos de crimes existentes no Estado de **Goiás**.

O 14º Batalhão da Polícia Militar (BPM) de Uruaçu ( @policiamilitar14bpm ) também marcou presença na Formatura do 1º Curso Operacional Maria da Penha - COMAPE, realizado em **Goiânia**. O 1º tenente Melo e 2º sargento Mesquita foram prestigiar os policiais militares que realizaram o curso durante um mês em **Goiânia** e já estão aptos a atuar ostensivamente na patrulha maria da penha 14º BPM - 1º sargento Filho e soldado Aline.

Batalhão Maria da Penha

A unidade criada em 2015, iniciou-se como Patrulha Maria da Penha, tornando-se um Batalhão de Polícia Militar em 2020, sendo encarregado do policiamento ostensivo de segurança específica para o atendimento qualificado às ocorrências de violência doméstica contra as mulheres. A realização de atendimentos especializados à vítima e aos familiares, e ações preventivas, como visitas comunitárias e solidárias, são práticas constantes realizadas pelo BMP.

Fonte: segurança.go.gov.br e instagram

***Site: https://portalsr.com.br/policia/2023/05/08/pm-realiza-formatura-do-i-curso-operacional-maria-da-penha.shtml***

# Ainda há vagas para participação on-line no Sined

5º **Simpósio Nacional de Educação** será de 10 a 12 de maio, debatendo as mais importantes questões do ensino público no Brasil.

Estão esgotadas as vagas presenciais, mas ainda é possível se inscrever para participar on-line do 5º **Simpósio Nacional de Educação** (**Sined**), que ocorrerá de 10 a 12 de maio, em **Goiânia**. O evento é promovido pelo IRB, **TCE**-GO e TCMGO, com apoio da Atricon, CNPTC e Abracom. Os interessados devem se inscrever pelo sistema Sophos do Tribunal de Contas dos Municípios (TCMGO) para garantir a emissão do certificado.

O evento vai discutir as questões mais importantes sobre a temática da educação e abordará temas diversos, que vão desde os desafios e oportunidades da profissão de professor, até o planejamento e financiamento de projetos educacionais (clique AQUI e confira a programação completa).

SERVIÇO

Evento: 5º **Simpósio Nacional de Educação** (**Sined**)

Transmissão pelo Canal do IRB no Youtube

Data: 10 a 12/05/2023

Inscrições para participação on-line: https://tcm.go.gov.br/sophos/

***Site: https://www.tcmgo.tc.br/site/2023/05/ainda-ha-vagas-para-participacao-on-line-no-sined/***